

Apresentação

A teoria do reconhecimento, tal como vem sendo formulada por Axel Honneth há alguns anos, é uma tentativa abrangente e instigante de renovação da Teoria Crítica que só muito lenta e parcialmente está sendo recebida no Brasil. Há poucos textos traduzidos e uma discussão ainda muito incipiente da teoria – embora o termo reconhecimento apareça livremente associado a diversos estudos no país. A discussão com Nancy Fraser sobre a relação entre reconhecimento e distribuição é o texto que mais tem despertado atenção.

Com o intuito de superar, ainda que parcialmente, esta lacuna, este número de *Civitas* dá início à materialização de um conjunto de atividades cujo propósito é duplo: tornar esta vertente teórica mais acessível e provocar uma discussão mais ampla sobre ela. A ela deverão seguir uma coletânea de textos recentes de Honneth, outro número de *Civitas* e a vinda do Axel Honneth à Pucrs em 2009.

Num texto inicial, Giovani Agostini Saavedra e Emil Albert Sobottka pretendem introduzir os conceitos fundamentais da obra de Axel Honneth, em especial como originalmente formulados em *Luta por reconhecimento*. Nele os autores se propõem a reconstruir os argumentos centrais dessa teoria de forma a facilitar a leitura tanto de sua obra de um modo geral como dos artigos seguintes aqui publicados.

Jonathan Trejo-Mathys, no texto *A proposta de uma teoria social crítica: passado, presente e futuro*, faz uma releitura do desenvolvimento da teoria crítica da Escola de Frankfurt. Em seu texto o autor procura mostrar em que sentido a teoria de Axel Honneth se insere no processo de aprendizagem e de mudanças de paradigma da tradição teórica da teoria crítica da Escola de Frankfurt. Além disso, o autor apresenta as dificuldades principais que esse modelo teórico tem e terá de enfrentar para continuar à altura dos problemas contemporâneos. Por fim, Trejo-Mathys expõe sua convicção de que a teoria do reconhecimento, para dar continuidade à Teoria Crítica, no seu desen-

volvimento próximo necessita aprofundar a fundamentação da normatividade e a interdisciplinaridade; na visão do autor, ela necessita desenvolver uma pragmática e uma Sociologia do reconhecimento.

Num gesto que pode ser considerado de grande deferência, Axel Honneth cedeu dois textos inéditos para este número de *Civitas*: *Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redifinição* e *Observações sobre a reificação*.

A pergunta que move o autor no primeiro texto é como a categoria trabalho social deveria ser incluída no marco de uma teoria social crítica. Para dar conta dessa questão, o autor explicita seu entendimento da distinção entre crítica externa e imanente das relações de trabalho, reafirmando a necessidade de se encontrar critérios *internos* para a crítica do capitalismo vigente. Nesse sentido, Honneth procura mostrar que o trabalho social só poderá assumir legitimamente o papel de uma norma imanente se ele cumprir as condições do reconhecimento mediante a troca de realizações típico da sociedade moderna. São reconstruídas duas condições a partir de Hegel e de Durkheim: numa organização justa do trabalho social, a remuneração necessita ser suficiente para prover condições socialmente dignas de sobrevivência e a atividade deve estar estruturada de modo que suas tarefas permitam ao indivíduo trabalhador perceber nelas uma contribuição para a coletividade e relacionar seu trabalho com o restante dos trabalhos socialmente necessários. Com isso Honneth pretende ter estabelecido bases para recuperar a crítica ao mundo do trabalho na sociedade capitalista como parte essencial de uma teoria que se pretende crítica.

No texto *Observações sobre a reificação*, destinado a ser um posfácio à edição francesa do livreto *La réification*, mas aqui publicado em primeira mão, Honneth responde a críticas feitas àquela obra. O autor se havia proposto a recuperar na herança da teoria de Marx o conceito reificação à luz da teoria do reconhecimento, mas reconhece que em algumas passagens foi insuficientemente claro e foi infeliz na escolha de exemplos, como o do tenista, para simbolizar potenciais reificações. O texto primeiro busca precisar o marco de referência dentro do qual foi feita originalmente a tentativa de recuperar o conceito reificação, enfatizando sua interpretação literal. Em seguida, trata de problemas específicos que resultam da sugestão de entender reificação como uma forma de esquecimento do reconhecimento. Tomando como premissa que o próximo (*Mitmensch*) é reconhecido pré-cognitivamente, o autor defende que a rotinização e habitualização de práticas sociais com objetivos desumanizantes autonomizados pode levar ao esquecimento do reconhecimento original da outra pessoa. Algo surpreendente é que depois de se apoiar

fortemente em Luckács, Honneth conclua que, à possível exceção do tráfico humano e da guerra, situações de reificação sejam hoje improváveis.

Muito mais que um tema em voga no cenário da reflexão teórica, *reconhecimento social* é, segundo defendido por Hans-Georg Flickinger em *Os graus de reconhecimento social: a crítica de um conceito a partir de G. W. F. Hegel*, um fundamento ético da ordem social liberal, composta por indivíduos livres, mas interdependentes. O autor vê no idealismo alemão, mais precisamente na filosofia de Hegel, o embasamento teórico para a elevação do reconhecimento social a este destacado lugar. O autor procura mostrar como sucessivamente nos escritos de Hegel em Frankfurt, Jena e Berlim foram realizadas etapas deste projeto teórico. Ao culminar com uma ética juridificada, onde os direitos legalmente aceitos restringem o alcance das expectativas legítimas, o reconhecimento social fica reduzido à formalidade. Possibilidades alternativas de reconhecimento social como a reciprocidade subjacente ao perdão, esboçada na *Fenomenologia do Espírito*, ficaram excluídas na formulação da *Filosofia do Direito*. Para o autor, a recuperação desta utopia contida na argumentação de Hegel poderia tornar-se uma base de crítica ou, melhor ainda, como idéia regulativa para uma concepção ética, capaz de vencer o princípio da ética liberal vigente. Ela teria na instância do perdão o fulcro de reumanização de uma sociedade que hoje se vê comprometida apenas com o respeito de regras jurídicas da ordem social, sem ter que se preocupar com os efeitos objetivos daí emergentes.

Com o texto de Italo Testa, *Intersubjetividade, natureza e sentimentos morais: a teoria crítica de A. Honneth e a regra de ouro*, voltam à pauta questões específicas da teoria do reconhecimento. O texto coloca a questão das condições de possibilidade da intersubjetividade nessa teoria. Em sua análise da teoria do reconhecimento formulada por Axel Honneth, Testa mostra como o conflito determinado por motivações morais cumpre o duplo papel de relativizar o postulado Habermasiano do entendimento lingüístico e trazer de volta a dimensão normativa à teoria social. Com um retorno à *Enciclopédia*, de Hegel, o autor quer recuperar a dimensão objetiva da intersubjetividade e destacar problemas teóricos no projeto de Honneth. Para ele, a teoria do reconhecimento não consegue explicitar um núcleo normativo do reconhecimento intersubjetivo; ela descreve contextos de interação e não imperativos morais. A *regra de ouro*, em especial na formulação negativa (“não faças a ninguém aquilo que não gostarias que fosse feito a ti”) é vista como melhor codificação da exigência de reconhecimento sem prescindir da experiência da ofensa e da luta como melhor justificação positiva das normas de reciprocidade.

Michele Salonia, em *Sofrimento e exclusão: sobre os impulsos críticos da teoria do reconhecimento*, chama a atenção para a presença continuada de experiências negativas como miséria, reificação, vidas danificadas, o não-idêntico e desrespeito no centro da teoria crítica como formas originais do interesse emancipatório. A partir desta constatação, o autor coloca a pergunta se elas são um correlato inevitável da vida social. Se assim fosse, superá-las significaria romper os laços sociais. O argumento do autor no texto é que a teoria do reconhecimento de Axel Honneth, ao contrário, não apenas consegue conectar estreitamente a experiência pessoal com relações sociais, a auto-realização individual com o estreitamento dos laços sociais, mas interpretar experiências negativas como déficit de inclusão social e expor como sentimentos de injustiça podem se tornar impulsos para a revitalização da inclusão social.

No último artigo aqui publicado, *Repensando a ideologia*, Rahel Jaeggi defende a possibilidade – e implicitamente a necessidade – de revitalização da crítica da ideologia como uma forma de crítica social, desbravando assim um novo campo teórico-prático. Para isso, a autora busca atualizar o conceito de ideologia e elaborar uma redefinição da crítica da ideologia compatível com as exigências e problemas contemporâneos. Primeiro a autora esclarece o que perfaz o caráter específico da crítica da ideologia, para então tratar dois paradoxos que, no seu entender, são característicos para o método da crítica da ideologia: ideologias são, como disse Adorno, “simultaneamente verdadeiras e falsas”, e elas parecem ser simultaneamente normativas e não normativas. A partir disto, a crítica da ideologia é apresentada como um processo de crítica imanente que desenvolve os próprios critérios normativos e contribui com a crítica social ao ver outros fenômenos na realidade e ao olhar para a realidade de modo diferente. Ela não é externa à realidade social, mas uma instância que nos confronta com os problemas e as contradições desta realidade social de um modo tal, que ela seja simultaneamente também o fermento de sua transformação.

Por fim, é publicada sob o título *Indignação e avanço histórico: fundamentos de uma teoria crítica da sociedade* uma resenha que Giovanni A. Saavedra faz do livro *Empörung und Fortschritt*, de Mattias Iser. Este livro é, até onde nos consta, a primeira tentativa de apresentar sistematicamente a obra de Axel Honneth.